



Alceu Galvão, coordenador de Saneamento da Secretaria de Estado das Cidades (CE).

Foto: Antonio Augusto Júnior

O cenário de esgoto a céu aberto e uma população passiva a esta condição aos poucos tem deixado de ser a realidade da região de Cariri, no sul do estado do Ceará. Há dois anos a população tem sido estimulada a fazer parte da rede de esgoto, num que envolve o Ministério Público estadual, a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e outras diversas instituições. Trata-se do manifesto “Carta de Cariri”, lançado em dezembro de 2013.

O documento surgiu para atingir o baixo índice de utilização da rede de esgoto na região e atender a necessidade de preservação do manancial subterrâneo que abastece à área. As ações envolvem, além do MP e da Cagece, o governo do estado, o Instituto Federal do Ceará, Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), prefeituras e o Instituto Trata Brasil.

“A região foi escolhida por ser abastecida por um importante aquífero, que pode ser diretamente afetado com a disposição indevida dos esgotos”, alertou o coordenador de Saneamento da Cagece, Alceu Galvão. Ele participou do seminário nacional que marcou os 30 anos da Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), realizado em Brasília (DF), entre os dias 25 e 27 de agosto.

A meta é sensibilizar cerca de 20 mil pessoas sobre os benefícios da interligação com a rede de esgoto. Atualmente, em Juazeiro do Norte e Barbalha, que formam a Região do Cariri, somente cerca de 20% das residências com rede de esgoto estão efetivamente interligadas.

Segundo Galvão, num primeiro momento, poucos moradores solicitaram a interligação. Mas o movimento, ainda que de forma tímida, vem mostrando resultado. Já foram registradas 600 solicitações, sendo 450 viáveis. “Queremos mudar o quadro de subutilização da infraestrutura do nosso sistema de esgotamento sanitário”, disse.

Além da entrega da carta, são realizados projetos de educação ambiental com crianças e jovens, apresentações sobre o programa, entre outras ações. A Cagece também promove ligações gratuitas aos serviços de esgotamento para famílias baixa renda.

A companhia apoiou, ainda, o município de Juazeiro do Norte a estruturar a atuação no setor de saneamento básico. “A cidade tinha nove secretarias envolvidas nesta área, ou seja, ninguém atuava.

A partir de um plano, a estrutura administrativa e a legislação foram alteradas”, pontuou. Hoje, três secretarias trabalham com o tema. “A estrutura foi reduzida com vistas a dar foco e responsabilidades”, completou.

Boa prática

Alceu Galvão também destacou que a Carta de Cariri evoluiu para um acordo de cooperação técnica assinado por dez entidades e será ampliada para todo o estado. Para tanto, está em fase final a proposta da minuta de um anteprojeto de lei que resultará na elaboração de um plano estadual de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Entre os avanços da nova legislação apontados pelo diretor da Cagece está a regulação das tarifas. Atualmente, elas são aferidas pelo Conselho de Recursos Hídricos e homologadas pelo governado do Estado. “Pelo projeto de lei e em consonância com o setor de recursos hídricos as tarifas passarão a ser reguladas pelo estado e homologadas pelo conselho estadual”, adiantou.

Fonte: Assessoria de Imprensa do Seminário Aesbe 30 Anos

Comentários

[Comentar](#)

Usuário:

Senha:

[Esqueci a senha](#)

Revista Sanear



- [Comente](#)
- [Edições Anteriores](#)
- [Anuncie Conosco!](#)
-
-
-

Empresas Associadas